

A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NA PASTORAL DA JUVENTUDE: O CASO DE LONDRINA/PR*

Suely Aparecida Martins

Professora da UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão

E-mail: martins.sue@bol.com.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo central analisar o processo de socialização política implementado por um movimento de juventude inserido no interior da Igreja Católica, ou seja, a Pastoral da Juventude, em Londrina/Pr, nos anos 80s e 90s do século XX. Trata-se de destacar a efetividade da formação político-social desta pastoral a partir da prática concreta de seus agentes, em vista das mudanças clericais e sociais desse período. Assim, por meio de uma análise qualitativa de fontes documentais e orais procurou-se demonstrar a politização juvenil no interior da instituição eclesial, revelando o caráter produtor e reproduzidor dos processos de socialização.

Palavras-chave: juventude; religião e política; socialização política.

A política tem merecido destaque nos estudos que tratam da juventude: ora para afirmar o seu papel desestabilizador, ora para dar destaque ao seu caráter alienador. Nos anos 60s e 70s do século XX, vários autores tentaram compreender o caráter dinâmico e mobilizador da juventude, bem como perceber a sua eficácia no que se refere à participação política com vistas às transformações sociais. Dessa forma, os escritos sociológicos, no Brasil, nesse período, caracterizam-se por um otimismo em relação ao papel histórico da juventude, como pode ser percebido na definição de Foracchi (1977, p. 303): “[...] menos do que uma etapa cronológica da vida, menos do que uma potencialidade rebelde e inconformada, a juventude sintetiza

* Agradeço aos professores Elsie Lenardão e Ilzei Fiorelli Silva pelas sugestões apresentadas em relação a este artigo.

uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituí-lo, engajando-se”.

Vários acontecimentos envolvendo a juventude neste período (a Revolta dos Estudantes em Paris, o movimento *hippie*, o engajamento dos jovens no Brasil contra a ditadura militar etc.) contribuíram para que fosse destacado este papel histórico e desestabilizador dos jovens. Porém, nos anos seguintes, com uma certa nostalgia em relação às décadas anteriores, as interpretações sobre a participação política juvenil deram destaque ao seu conservadorismo e alienação (Abramo, 1994). Nestes termos, Ianni (1968, p.240) afirma:

Em consequência do modo pelo qual são apanhados no processo de socialização, ou melhor, particularmente, devido aos mecanismos de controle da sociedade adulta uma grande parte da juventude não apreende sobre nenhuma forma, as contradições fundamentais do sistema social.

Relativizando essas interpretações, Mannheim (1968, p.74) já havia chamado a atenção para o caráter progressista e conservador da juventude. O que significa que a juventude não é por índole revolucionária, mas que está circunscrita aos processos de socialização da sociedade em que está inserida.

Ao interagir com as instituições socializadoras, a juventude pode criar espaços próprios de sociabilidade que em maior ou menor grau lhe dão características específicas e vão modelando o seu fazer político na sociedade. Fazer este que pode representar conservação ou mudança. Dessa forma, assim como os processos de socialização tendem a reafirmar o *status quo* e portanto reproduzir a sociedade existente, também abrem brechas para a produção de novas relações sociais, pois “não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações, não há repetição sem uma certa inovação” (LEFEBVRE *apud* MARTINS, 1996, p.22). É nesses processos que se pode entender o contato estabelecido pelos jovens com as diversas instâncias socializadoras, entre as quais, a Igreja Católica e os diversos movimentos e pastorais existentes no seu interior.

Levando em conta a relevância desses processos, o artigo pretende apresentar como tem sido a socialização política num

movimento de juventude inserido no interior da Igreja Católica: a Pastoral da Juventude (PJ), a partir de sua experiência em Londrina/Pr nos anos 80s e 90s, do século XX.

Para tanto desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, através da realização de entrevistas junto a 32 participantes e ex-participantes desta pastoral em Londrina, além da análise de documentos produzidos pela PJ em âmbito local e nacional. Do total de pessoas entrevistadas, 17 tiveram participação nesta pastoral nos anos 80s e quinze nos anos 90s; destes, sete foram participantes entre os anos de 1996-2000. Escolheu-se privilegiar pessoas que tiveram participação na PJ em cinco localidades diferentes da região de Londrina, a saber: os conjuntos habitacionais conhecidos nesta cidade como Cinco Conjuntos, o Jardim Leonor, Vila Brasil, Jardim Novo Bandeirantes e Jardim Tupi, estes dois últimos localizados na cidade vizinha de Cambé¹. Os Cinco Conjuntos, a Vila Brasil e o Novo Bandeirantes foram escolhidos em virtude da expressividade que adquiriram em momentos diferentes para a Pastoral da Juventude de Londrina. O Jd. Leonor e o Jd. Tupi foram escolhidos de forma aleatória para completar a análise. Com exceção do Jd. Tupi, onde se obtiveram depoimentos somente de pessoas que se destacaram na PJ, nas demais localidades, houve a preocupação de entrevistar também outros participantes. É importante destacar que na pesquisa qualitativa os interrogados “são escolhidos em função de critérios que nada têm de probabilistas e não constituem de modo algum uma amostra representativa no sentido estatístico” (MICHELAT, 1982, p.199). Sendo assim, aos dados estatísticos apresentados nesta pesquisa foram utilizados à medida que surgiram como instrumentos enriquecedores da análise qualitativa².

Dessa forma, pretendeu-se contribuir com as reflexões existentes sobre os movimentos de juventude, principalmente aqueles referentes

¹ É importante considerar que na qualidade de Arquidiocese a estrutura organizacional da Igreja Católica em Londrina reúne outros municípios vizinhos sob a jurisdição eclesiástica de um mesmo arcebispo.

² Trata-se de dados obtidos através da proposição um questionário apresentado a 43 participantes da PJ no ano de 1999. Trinta destes questionários foram respondidos por representantes de grupos de jovens e membros da coordenação arquidiocesana que participavam da 16ª Assembléia desta pastoral em 20/11/1999, os demais foram respondidos por participantes dos grupos da Vila Brasil e Jd. Leonor.

à PJ, revelando a dinâmica interna de um movimento ligado à Igreja Católica, caracterizado especialmente pela sua preocupação com o aspecto formativo dos jovens.

A socialização política na pastoral da Juventude de Londrina

A Pastoral da Juventude se insere no conjunto das pastorais orgânicas da Igreja Católica no Brasil, tendo como objetivo central a evangelização da juventude. Inspirada na experiência vivenciada pelos jovens da Ação Católica Especializada³ nos anos 50s e 60s, esta pastoral surgiu no Brasil, nos fins dos anos 70s, embebida pelos pressupostos teológicos da Teologia da Libertação⁴ e conseqüentemente com a preocupação de propiciar à juventude uma formação que integrasse fé e vida, fé e política. Nos anos 80 chegou a atingir cerca de 40.000 grupos de jovens em todo o Brasil.

Em Londrina, a PJ surgiu em 1979, através do trabalho desenvolvido por alguns seminaristas e foi uma das primeiras pastorais

³ A ACE oficializou-se no Brasil em 1950 e partia do princípio de que a evangelização deveria acontecer no próprio meio em que o jovem estivesse inserido. Assim, estruturaram-se a JAC (Juventude Agrária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JIC (Juventude Independente Católica), a JOC (Juventude Operária Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica). Estes segmentos, especialmente a JEC e a JUC, tiveram papel importante para a formação da esquerda católica brasileira nesse período.

⁴ Em termos genéricos, a Teologia da Libertação pode ser enquadrada num movimento intenso que envolve o relacionamento entre fé e vida, fé e política. Tendo como instrumento de análise as ciências sociais, esta teologia rompe com a dualidade da fé como algo separado da vida, apresenta um Deus que faz história junto com o seu povo; conchama os pobres a serem protagonistas na história lutando pela libertação de tudo o que escraviza o homem, incluindo aí as estruturas injustas do capitalismo; faz uma leitura bíblica situada histórica e politicamente e reinterpretada à luz da realidade cotidiana das classes populares. Incentiva a organização popular, através de movimentos populares, sindicatos ou partidos. O surgimento da Teologia da Libertação data do início da década de 1970, porém trata-se de um "movimento social e cultural" que vem sendo gestado desde o final dos anos 50s. Entre os seus principais expoentes estão: Gustavo Gutierrez, Enrique Dussel, Hugo Husmann, Leonardo Boff, Frei Beto, entre outros

nesta cidade a adotar a Teologia da Libertação como marco teórico referencial⁵. Isso, em muitos casos, lhe rendeu desafetos da parte do clero local e dos diversos movimentos espiritualistas voltados para jovens que atuavam na cidade.

A PJ em Londrina, assim como no restante do Brasil, solidificou uma proposta de formação para a juventude contemplando o pessoal, o espiritual e o social⁶. A participação do jovem no grupo de base⁷ deveria proporcionar-lhe condições que, entre outras coisas, lhe resgatassem a auto-estima, o levassem à aceitação do outro e à solidariedade, o fizessem sentir-se como pertencente a uma comunidade, a Igreja, e ao mesmo tempo, lhe dessem subsídios para perceber a instituição católica como marcada por conflitos e interesses divergentes; e por fim, que deveriam sensibilizá-lo para a realidade, fazendo-o compreender as causas dos problemas sociais e mostrando-lhe a necessidade do compromisso social e político para buscar as mudanças sociais capazes de cooperar para a construção de uma sociedade justa e fraterna, de acordo com os planos de Deus (BORAN, 1994). Isso seria possível através de um processo de nucleação (busca de novos

⁵ Segundo Lazzari e Pauletti (1982, p. 6), até 1980 se faziam presentes na Arquidiocese de Londrina além do clero, os movimentos de Associações de Leigos; Apostolado da Oração, Comitium da Legião de Maria, Equipes de Nossa Senhora, Federação das Congregações Marianas, Movimento Familiar Cristão, Movimento de Schoenstatt, Cursilhos de Cristandade, Treinamento de Liderança Cristã (TLC), Movimento dos Focolares, Paz-Amor-Fraternidade (P.A.F.), Vicentinos, Encontro de Juventude, Círculo Católico Estrela da Manhã, Associação das Damas de Caridade de Londrina. Aqui não houve as experiências centrais que possibilitaram a renovação do catolicismo brasileiro, ou seja, a Ação Católica Especializada, como ainda não se faziam presentes as CEBs. Era, portanto, uma arquidiocese onde predominavam movimentos de leigos que se baseavam em concepções tradicionais, que reforçavam a conversão individual e a prática dos sacramentos, reforçavam a dualidade fé e vida, mundo sagrado e profano.

⁶ Trata-se, segundo a PJ, de uma formação integral, que dê conta da relação do jovem consigo mesmo (pessoal), com os outros, com a sociedade (social), com Deus (espiritual) e com a ação. (CNBB, 1998, p. 161)

⁷ A Pastoral da Juventude se organiza em torno dos grupos de jovens, também denominados grupos de base, que se articulam em torno das paróquias ou comunidades católicas.

jovens), iniciação e militância. Nessa última etapa, o jovem deveria estar preparado para atuar criticamente na Igreja e na sociedade⁸.

A preocupação com a educação política do jovem fez parte do ideário de formação cristã da PJ nos anos 80s e 90s, pautando as diversas ações dessa pastoral.

Esta dimensão política pode ser percebida através das diversas atividades patrocinadas por esta pastoral em Londrina. Entre tais atividades, podem-se citar os cursos formativos. Em 1983, o Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC), então sob coordenação da PJ, teve como tema do seu encontro: Jesus Cristo: seu tempo, sua terra, seu povo, sua história; em 1990 inicia no Decanato de Periferia o Curso de Formação com cinco etapas, a saber: 1) Como funciona a sociedade, 2) Pastoral, 3) As concepções de Deus e de Reino, 4) As pastorais populares, 5) Pastoral da Juventude (específicas). A partir de 1995, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), através de projetos de extensão⁹, começou a assessorar cursos da PJ tanto em âmbito arquidiocesano, como decanal e paroquial. Entre os diversos temas tratados e que eram solicitados pelos grupos juvenis têm-se, entre outros: 1995: O jovem e a sociedade; 1996: O papel do vereador; 1997: Cidadania; 1998: Política e neoliberalismo.

Além disso, a participação em eventos de evidente perfil político, como as Romarias do Trabalhador e da Terra ou o Grito dos Excluídos, bem como de atividades organizadas por essa pastoral como o Dia

⁸ Conforme os diversos documentos desta pastoral este processo de formação não é compreendido como algo evolutivo e linear. A mesma forma considera-se que o crescimento pessoal é desigual, sendo assim, nem todos os jovens conseguem chegar a militância tanto eclesial, como social. (BORAN, 1994; CNBB, 1998; CELAM, 1997)

⁹ Trata-se dos projetos: "Juventude e Processo Histórico na Pastoral da Juventude: contribuição à formação e conscientização do jovem", com duração até 1996 e "Assessoria aos Cursos de Formação Política da Pastoral da Juventude de Londrina", iniciado em 1997, com término em 1999, ambos registrados na Coordenadoria de Extensão à Comunidade (CEC) da UEL.

¹⁰ O Dia Nacional da Juventude é um evento de massa organizado pela PJ anualmente em todo o Brasil. Surgiu em 1986 e seu objetivo, além de ser um dia de festa e celebração, é também refletir sobre problemas relacionados a juventude. Geralmente é preparado um subsídio de estudos sobre o tema a ser celebrado e enviado aos grupos de jovens no período que antecede ao DNJ.

Nacional da Juventude¹⁰, a *Missa Rock*¹¹ e a programação Campanha da Fraternidade nas Ruas são evidências da socialização política na PJ de Londrina. Essas diversas atividades constituem-se como instâncias de politização da juventude participante e, no caso das atividades organizadas por esta pastoral, elas se manifestam através da incorporação de características próprias da juventude, como a dança e a música. Em 1996, na programação *Campanha da Fraternidade nas Ruas*, por exemplo, com o tema sobre política, os jovens participantes vestiram camisetas que traziam escrito: “Não quero nota 10, quero ser cidadão”: uma clara referência à campanha “Cidadão Nota 10”, promovida pelo Governo do Estado do Paraná. Ao mesmo tempo, faziam parceria com o Sindicato dos Professores da rede pública estadual, denunciando a situação da educação no Estado. Tudo isso tem contribuído para que muitos jovens tenham a PJ como um espaço de socialização e apropriação do conhecimento, que forja a redefinição da própria prática político-social.

Esse processo político-educativo, no entanto, tem apresentado realidades distintas no processo de socialização juvenil implementado pela Igreja Católica, através da PJ, em Londrina, que podem assim ser demarcadas: até meados da década de 90 esta pastoral esteve fortemente marcada pela Teologia da Libertação e conseqüentemente pela preferência por uma explicação estrutural da sociedade baseada no conflito social, a partir da leitura dos teóricos da libertação. Nesse momento, a proposta educativa da PJ teve como objetivo claro a politização juvenil, contribuindo para que os jovens problematisassem a sua própria realidade e se sentissem motivados à participação política. Embora aqui a matriz discursiva da PJ não tenha sido a cidadania, ela foi sendo construída na prática de seus agentes. Um outro momento marca a segunda metade dos anos 90s, e assume de forma clara uma concepção progressista de cidadania¹² como a matriz do seu discurso. Entretanto, a prática da PJ de Londrina, nesse período, foi caracterizada por um certo refluxo da

¹¹ A *Missa Rock* foi idealizada e criada pela PJ do Jd. Novo Bandeirantes/Cambé em 1992 e tinha como objetivo atrair a juventude através de uma celebração que incorporasse o seu estilo. Assim, os cantos celebrativos, por exemplo, foram trocados pelo rock nacional.

¹² Este conceito será explicitado no decorrer do artigo.

educação política implementada por esta pastoral, revelando uma tendência para ações políticas mais conservadoras, bem como o descompasso da teoria com a ação educativa.

Os anos 80s e a prática político-educativa da PJ: construindo cidadania¹³

A Pastoral da Juventude em Londrina, pelo menos até a metade dos anos 90s¹⁴, teve o seu ponto forte de atuação na periferia da cidade. Era ali que ela melhor conseguia sedimentar a sua organização, colaborando para a formação política de vários jovens. De certa forma, isso traduzia a sua proposta e da Igreja do Brasil no período: a opção preferencial pelos jovens das classes populares, possibilitando condições para que estes mesmos fossem "os agentes e sujeitos de sua conscientização, formação e libertação" (CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1983, p.20).

E realmente em Londrina se pode observar isso. Das vinte e cinco pessoas (quatorze homens e onze mulheres)¹⁵ entrevistadas que tiveram participação na PJ nesse período¹⁶, apenas cinco só estudavam no período de participação na PJ, os demais estudavam e

¹³ Nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, assiste-se a um processo de rompimento e construção de cidadania. Rompimento com a noção de cidadania tutelada, criada no período do Estado Novo e que esteve acoplada à situação de trabalho controlado e imposto autoritariamente pelo Estado, na qual, por exemplo, o próprio sindicato, de representante dos trabalhadores, passou a representante do governo. Processo de construção de uma nova noção de cidadania a partir da ação coletiva organizada dos chamados novos movimentos sociais. Trata-se de uma compreensão de cidadania diferente daquela da cidadania tutelada, pois construída através da luta política e que tem as classes populares como atores principais, capazes de se auto-organizar, exigir, decidir, propor: efetivamente participar da democracia. (PAOLI, 1992).

¹⁴ Não foram encontrados registros que pudessem contabilizar o número de grupos de jovens vinculados a PJ nesse período. Entretanto, supõe-se, por informações obtidas através das entrevistas realizadas, que na PJ o número de grupos participantes, mesmo em período posterior, tem oscilado entre 30 a 50 grupos.

¹⁵ Desses jovens, 60% tinham entre 20 e 24 anos de idade, os demais estavam na faixa etária de 14 a 19 anos.

¹⁶ A média geral de tempo de participação desses jovens na PJ foi de 5 anos.

trabalhavam¹⁷. A maioria para ajudar na manutenção familiar. As profissões que ocupavam naquele momento eram a de pedreiro, ensacador, doméstica, auxiliar de costura, guarda-mirim, vendedor, balconista, recepcionista; e havia ainda dois bancários. Além disso, o próprio fato da PJ ter encontrado maior receptividade em bairros da periferia ajuda a ilustrar qual era o perfil socio-econômico dos jovens participantes da PJ de Londrina neste período. E a fala de um desses é reveladora: “Eu não fiz opção pelos pobres, eu era pobre” (E., entrevista, 1999)¹⁸.

A PJ, utilizando-se do método ver-julgar-agir, colocava como questão central discutir a realidade na qual o jovem se encontrava inserido e incentivá-lo a mudar tal realidade através de ações políticas organizadas. Dessa forma, partia-se de problemas relacionados ao próprio bairro e que significavam a negação da cidadania e do ser cidadão: eram bairros recém-habitados, carentes de infra-estrutura básica, como asfalto, transporte coletivo, postos de saúde, escolas. Um dos exemplos é o caso do conjunto de habitações conhecido em Londrina como Cinco Conjuntos, que na década de 1980 se firmou como a referência de atuação da PJ nesta cidade¹⁹. Tratava-se de casas populares, financiadas pela COHAB, que começaram a ser entregues aos seus mutuários em 1979 e cuja prestação também se tornou um problema para os moradores dessa região. Foi, portanto, a partir desses problemas localizados que demandavam resoluções consideradas urgentes pela população que a PJ procurava sensibilizar o jovem da necessidade de sua participação. O jovem era

¹⁷ Sobre a escolaridade dos participantes no período, 8% fazia o 1º grau, 68% estava no 2º grau e 24 % cursava o ensino superior.

¹⁸ Para preservar a privacidade dos entrevistados optou-se pela omissão de seus nomes, que foram substituídos por outros indicadores, pois conforme Cohen (1980, p. 13-17) “os sociólogos devem estar certos de que não estão causando nenhum mal aos indivíduos pesquisados. Devem tratar a informação fornecida [...] de forma confidencial. Não devem enganar os investigados: devem dar-lhes informações precisas sobre a natureza do estudo [...]. Além disso, os sociólogos devem precaver-se contra possíveis danos aos indivíduos pesquisados”.

¹⁹ Em 1982, por exemplo, a PJ nesta região, mobilizou mais de 400 jovens, vinculados a 12 grupos, com o objetivo de melhorar a qualidade educacional da região. Realização de diagnóstico sobre a realidade socio-educacional da região, abaixo-assinados, audiência com autoridades marcaram o movimento. (PASTORAL..., 1982).

levado a participar de ações reivindicativas que ele mesmo ou sua família sofriam no dia-a-dia:

Discutíamos nesses grupos as questões do bairro, a participação, o que tinha a ver com a vida de cada um, qual era o nosso papel no bairro. (A, entrevista, 1999).

Às vezes tinha um problema no bairro e o grupo de jovens se envolvia. Ex.: falta de posto de saúde [...], asfalto e outras coisas (C., entrevista, 1999).

O posicionamento político da PJ encontrava estímulos na realidade social brasileira dos anos 80s marcada pelo fim da ditadura política e processo de aceleração da construção de uma sociedade democrática no país. Portanto, muitos dos jovens da década de 1980 e início da de 1990 cresceram entre a ditadura e a liberdade, envoltos por uma atmosfera na qual se faziam presentes o medo e o desejo de participar politicamente. A PJ, um espaço não definido claramente como político, além de abrir a possibilidade de participação aos jovens, ia adquirindo dimensão política para aqueles que entendiam ou não sua proposta. Para os que não compreendiam, produzia-se o sentimento e a atitude de rejeição em relação a esta pastoral. Para os demais, a PJ abria caminho para a busca da cidadania e também de representatividade política, pois incentivava a participação como forma de superar a situação de pobreza, considerada como contrária ao plano de Deus. E o próprio método da PJ se direcionava para este objetivo: partia-se da realidade do jovem (o da periferia), julgava-se esta realidade e se exigia que este mesmo jovem tivesse ações concretas para mudá-la. E tais ações impregnavam a política:

E as reuniões dos grupos de jovens se baseavam nisso [...]: tinha que analisar essa realidade, depois julgar essa realidade [...] depois vinha o agir, que normalmente tinha uma proposta de mudança, agora vai mudar como, como vai mudar a sociedade? Então, a própria discussão já encaminhava para essas questões políticas (J., entrevista, 1999).

Questões políticas que se direcionavam no sentido de levar o jovem a participar daquilo que na Igreja se convencionou chamar de

“mecanismos intermediários da sociedade”, ou seja, associações de moradores, grêmios estudantis, sindicatos, partidos políticos. Era nessas instâncias que o jovem deveria atuar, era aí que se materializava a sua ação política e era ocupando estes espaços que conseguiria representatividade. E de fato, a maioria dos depoimentos colhidos testemunha a participação de jovens nestas instâncias, estimulados pelas indicações da PJ:

Eu tinha uma certa consciência de que eu fazia parte de um grupo social que eram os trabalhadores e com essa consciência que eu fazia parte de uma classe social e eu acabava tendo isso claro a partir dessas discussões todas da PJ que eu deveria participar do sindicato, do partido político, da associação de moradores (J., entrevista, 1999).

Jovens dos grupos atuavam nas associações de moradores de bairros. Exemplo: C. presidente da AMB do Conjunto João Paz; J. também; eu fui presidente da AMB do Conjunto Luis de Sá; no Conjunto Aquiles a G. e R. participaram também na AMB. Todos jovens da PJ (G., entrevista, 1999).

Outros dados ajudam a confirmar a participação política em outras instâncias de jovens ligados à PJ. Das dezessete pessoas entrevistadas que tiveram participação nesta pastoral nos anos 80s, treze declararam ter participado de associações de moradores ainda quando estavam na PJ e dezesseis declararam ter filiação partidária, e treze ainda quando militavam na PJ. Destes filiados, quatro já foram candidatos a vereador e um a deputado federal e a senador. Além disso, dez entrevistados ainda disseram ter militado na Pastoral Operária, em oposições sindicais e em movimentos populares. Dos oito entrevistados que participaram da PJ entre 1992/96, dois declararam ter participado de associações de moradores, quatro se filiaram partidariamente no período de participação e quatro se declararam simpatizantes de um partido político específico. Dentre estes, um ligou-se ao MST em 1997 e dois tiveram participação em movimento estudantil e sindical.

Nesse sentido, observa-se o real engajamento de jovens da PJ em instâncias formalmente consideradas políticas, entre as quais o partido político. A política, portanto, aqui está relacionada com espaços

institucionalmente reconhecidos. Ocupá-los significa, além da luta pelo acesso ao poder, a possibilidade de interferir de forma mais eficaz nos rumos da sociedade e neste caso, a participação está estritamente relacionada com a perspectiva de mudança:

Onde é que as mudanças ocorrem? No partido político. Então, precisamos estar lá. Próximo de você aonde é que essa transformação acontece? A partir do momento que você vai para a associação de moradores de seu bairro e ajuda decidir [...] quando você entra para o sindicato e defende melhores salários e briga pela sua categoria. Ela tinha isso claro, tanto tinha que a PJ viabilizou todos esses canais (M., entrevista, 1999).

O nosso lema na PJ era a mudança, a transformação da sociedade. Nós achávamos que a Igreja tinha condições de transformar a sociedade. Conforme íamos participando, descobríamos que não era só isso, precisava fazer política. Ficando na Igreja rezando, nós não conseguiríamos nada. Nós achávamos que era preciso fazer política, que é a política que transforma a sociedade [...] E participar era ingressar no partido político (G., entrevista, 1999).

A política é assim entendida como o caminho necessário para efetivar mudanças sociais, e a PJ, para os jovens aqui entrevistados, foi o primeiro espaço que possibilitou esta percepção, a partir da reflexão que se fazia sobre a realidade, relacionando fé e vida, fé e política. Esta percepção ia além da participação através do voto. Participar significava fazer-se representar, interferindo nas diversas instâncias políticas e isso só era possível através do ingresso em associações de moradores, sindicatos e principalmente partidos políticos, entendidos como necessários para a efetivação de mudanças na sociedade. Mas sob que ângulo o jovem era levado a refletir sobre a realidade? Pois dentro da Igreja a realidade também pode parecer como algo imutável, como desígnio de Deus e a política como um terreno apenas temporal, portanto desligado da fé. Da mesma forma, a participação pode significar repetir fórmulas prontas ou ser coadjuvante do processo e, nesse caso, participar significa apenas obedecer. Partindo da própria realidade do jovem, a preocupação estava em fazê-lo se perceber inserido em uma sociedade em permanente conflito. Conflito que colocava de um lado os “ricos”, de outro os “pobres”:

No início da PJ, nós trabalhávamos com conceitos de transformação da sociedade para uma sociedade fraterna [...] e no ver a gente trabalhava a realidade social e a dualidade era bem essa: do rico e do pobre (N., entrevista, 1999).

Trabalhando a sociedade como algo dual, dividido, e desmistificando isto, não considerando como vontade de Deus ou algo natural, a PJ ajudou vários participantes do período a construir uma certa concepção de classe social e da necessidade de agir politicamente, motivados pela utopia do Reino de Deus:

Era uma proposta de chegada ao Reino de Deus através da mudança social. Aí a gente ia para a PJ na formação dos grupos de base [...] onde eram feitas essas discussões, mais de aspecto social, das questões sociais, de levar o jovem, que era um jovem pobre, a tomar consciência que ele fazia parte de uma classe social e tinha que defendê-la de alguma forma e as ferramentas eram participando de instituições políticas que era sindicato, associações de moradores, grêmios estudantil, partidos políticos de esquerda. E a gente conseguiu levar muito jovem a participar, principalmente de grêmios estudantis e associações de moradores (J., entrevista, 1999).

Percebe-se na fala dos entrevistados a incorporação do discurso da Teologia da Libertação, que politiza a pobreza misturando-a ao conceito de classe social, assim como o envolve com uma dose de religiosidade: ser pobre é um indicativo para se perceber como pertencente a uma classe social e a partir daí lutar pela efetivação do Reino de Deus.

Esta perspectiva, que realçava os conflitos existentes na sociedade, apontando as diferenças sociais, pode ser notada através dos temas de cursos, encontros referidos pelos jovens entrevistados:

As reuniões se davam em torno da ditadura do Brasil, que já se encaminhava para o seu final, o movimento das Diretas-Já [...] nossa comunidade foi a pioneira em debater o problema da reforma agrária (R., entrevista, 1999).

E nós reunimos o material e eu fui falar uma vez de Marx, e eu conhecia Marx de quem falava de Marx, nunca tinha lido nada a

respeito. E ia falar sobre Marx, socialismo e também sobre a sociedade que queremos na ótica do marxismo, o conflito socialismo e capitalismo [...] e complicou [...] (E., entrevista, 1999).

Da mesma forma, no Curso de Formação promovido pela PJ do Decanato de Periferia nos anos de 1990 e 1991, houve o uso, ainda que superficial, de categorias marxistas para a compreensão da realidade social, conforme pode ser observado no conteúdo das apostilas de estudo preparadas para este curso e que teve cinco etapas. A primeira delas, denominada “Como funciona a sociedade”, tratou dos seguintes aspectos: 1) Conceito de sociedade e divisão de classe; 2) Como se dá a exploração em nossa sociedade; 3) Mecanismos de reprodução e sustentação do sistema. A conclusão trazida no final da apostila revela a concepção de sociedade veiculada nesta primeira etapa do curso:

Vimos que a sociedade brasileira é capitalista, que a sociedade capitalista é classista (dividida em classes) e que existe dentro dela uma luta de classes, cada classe tentando fazer valer os seus interesses. Na sociedade brasileira acabam valendo os interesses da minoria capitalista que estruturam a sociedade de tal forma que eles podem explorar e dominar a classe trabalhadora. Vimos também que para não permitir que a sociedade mude, os capitalistas desenvolveram os mecanismos de reprodução e sustentação do sistema. Estes mecanismos parecem feitos para os trabalhadores, mas na verdade estão a serviço da burguesia. Ver a realidade levou a situarmo-nos dentro do espaço do tempo e da história sabendo quem somos e de que lado estamos[...] (PASTORAL DA JUVENTUDE DE LONDRINA, 1990, p.7).

As demais etapas do curso (quatro) procuraram situar a pastoral e a Pastoral da Juventude dentro dessa estrutura de classes. Entendendo que pastoral “é o agir da Igreja no mundo”, a segunda etapa do curso diz que para entender tal conceito três questões são essenciais: Que agir? Que Igreja? Que mundo? E aponta três modelos de pastorais que se colocam na realidade: a pastoral tradicional, a pastoral moderna ou liberal e a pastoral libertadora, entendendo-se esta “como uma presença da Igreja dentro do conflito, ao lado dos oprimidos e pobres, em vista de sua libertação” (PASTORAL DA JUVENTUDE DE LONDRINA, 1990b, p.15)

A pastoral libertadora é uma pastoral popular, estando comprometida com as classes populares e ancorada na Teologia da Libertação (PASTORAL DA JUVENTUDE DE LONDRINA, 1991a). A quarta etapa do curso conclui que a PJ, estando comprometida com os jovens empobrecidos e tendo neles seus protagonistas principais, tendo consciência do conflito que existe na sociedade, optando por uma espiritualidade e pela teologia libertadora, é uma pastoral popular (PASTORAL DA JUVENTUDE DE LONDRINA, 1991b). A análise das apostilas mostra que na Teologia da Libertação a burguesia e o proletariado se tornam os “ricos” e os “pobres”:

Na sociedade em que vivemos existem contradições, tais como: pobre e rico, cidade e campo etc. [...] Quem são os ricos? Os ricos são os donos dos meios de produção (fazendas, fábricas, bancos etc.), e os pobres são donos somente do seu trabalho e vendem o seu trabalho para sobreviver. Logo, a nossa sociedade está dividida (divisão social) basicamente em duas classes de pessoas: ricos e pobres (PASTORAL DA JUVENTUDE DE LONDRINA, 1990a, p.1).

Dessa forma o jovem, era levado, ainda que limitadamente, a perceber a realidade numa perspectiva de classe, entendendo o conflito social como produzido pela exploração capitalista do trabalho:

Eu entendi como funciona a sociedade, na PJ: dividida em duas classes, uma sociedade em conflito [...], dividida em duas classes: uma que detém os meios de produção e outra que não. Isso sempre foi batido nos nossos cursos de formação, uma sociedade em conflito com toda a sua superestrutura trabalhando para a manutenção da sociedade capitalista, com uma ideologia formada para a manutenção dessa sociedade (B., entrevista, 1999).

A perspectiva de compreensão da sociedade a partir das classes sociais ou da politização da noção de pobre, bem como a crença na possibilidade da mudança social alimentada por uma mística, não só ajudam a entender o porquê da opção política partidária dos jovens aqui entrevistados ter sido à esquerda como ainda revelam que a busca de representatividade política não é em nome da juventude em geral, mas busca-se a representatividade das classes populares:

Antes de eu pertencer à PJ, eu via os partidos de esquerda de maneira distorcida, aceitava o que os meios de comunicação me falavam. Depois que eu comecei a participar da PJ, comecei a ver diferente. A pessoa deve falar o que o partido fala. Mesmo sendo cristão, se eu entrar no PFL eu não vou conseguir fazer projetos que tenho como cristão. Como eu vou fazer uma reforma agrária ao lado dos latifundiários? [...] não tem condições (D., entrevista, 1996).

Entre o grupo entrevistado, a opção foi para o Partido dos Trabalhadores. Daqueles que declararam ter filiação partidária, a opção foi por este partido e entre os simpatizantes repete-se a preferência. Porém, isso não deve ser um dado para ser generalizado, uma vez que a PJ é muito heterogênea politicamente e além disso não é a maior parte dos jovens participantes da PJ que são atingidos pelo seu processo formativo, uma vez que não é fácil absorver o novo quando este, na maioria das vezes, choca-se com o herdado do contexto familiar e social. Entretanto, para os fins dessa pesquisa, este dado, além de confirmar a contribuição da PJ na politização juvenil, revela que, pelo menos até os meados da década de 1990, a opção por uma compreensão classista da sociedade ajudou a definir a opção partidária dos jovens aqui entrevistados, bem como ajudou a criar um estigma: “se é PJ é PT”, o que, por outro lado, acabou contribuindo para a rejeição desta pastoral entre alguns padres e leigos, criando com isso dificuldades no seu trabalho de evangelização dos jovens.

Poderia perguntar se havia de fato uma opção político-partidária da PJ de Londrina pelo PT. A análise das entrevistas e dos textos da PJ deste momento encaminham para duas respostas: sim e não. Não, porque não aparece nos textos de subsídios uma referência clara ao PT ou a qualquer outro partido, aparecem, ao contrário, para que a ação política da PJ não seja partidária. Além disso, conforme depoimento dos entrevistados, existiam jovens da PJ em outros partidos, como PMDB, PDT e PC do B. Sim, porque as discussões travadas no interior da PJ se direcionavam para os partidos de esquerda:

Em grande parte, estas discussões levavam para um determinado partido, por abordar temas como uma sociedade mais justa e fraterna leva a uma questão mais de esquerda [...] Então não teria

como se discutir sobre uma sociedade mais justa e fraterna, e fazer uma pessoa entender que teria que participar do PFL, por exemplo (C., entrevista, 1999).

Por outro lado, da medida que a maioria das lideranças e coordenadores optavam pelo PT, acabavam trazendo isso para o próprio espaço da PJ, especialmente através de símbolos:

Nas reuniões que fazíamos na Catedral, eles proibiram a gente de usar os botons do PT. Nós entrávamos na sala de reuniões e tirávamos, mas depois que saíamos colocávamos novamente, era uma questão de opção (M., entrevista, 1999).

Daí a gente realizou a semana jovem [...] e estava todo mundo com broche do PT, da CUT, eu estava com um do Marx [...] (E., entrevista, 1999).

Até o nosso casamento teve todo um ritual dessa formação que a gente recebeu [...] Colocamos no centro da Igreja cartazes do movimento sindical, do movimento sem terra, do PT [...]. (J., entrevista, 1999).

Tudo isso ajudava a identificar a PJ como tendo uma opção partidária pelo PT. Além disso, o próprio surgimento desse partido traz num de seus braços parte da esquerda católica, principalmente das CEBs²⁰, bem como aparece no bojo das lutas sociais do fim dos anos 70s como representante da luta dos trabalhadores e dos movimentos populares e com uma nova proposta de sociedade, com contornos

²⁰ As CEBs, definidas como um novo jeito de ser Igreja, surgiram em diversos países da América Latina nos anos 60s, podendo ser vistas no Brasil num duplo movimento: “um movimento de baixo para cima de demanda de participação dos leigos no interior da Igreja Católica no Brasil e, ao mesmo tempo, um movimento de cima para baixo de uma Igreja no recorrente esforço de rearticulação com sua próprias bases” (CAMARGO et al, 1981, p. 65) Estas pequenas comunidades eclesiais, caracterizadas pela solidariedade e efetiva participação dos leigos, estabelecem uma relação forte entre fé e vida, induzindo a organização e participação política. Nos meados da década de 1980 foram estimadas em cerca de 80 mil no Brasil. Atualmente vivem um processo de mudança e esvaziamento provocado pela política de “restauração conservadora” do Vaticano, pelo refluxo dos movimentos sociais e por uma certa crise do catolicismo devido à forte concorrência com outras opções religiosas. (PRANDI ; SOUZA, 1996).

socialistas. À medida que esses jovens migram para o PT, também vão alargando tal perspectiva, pois, embora na PJ houvesse a motivação para transformar a sociedade, não havia um direcionamento para que indicasse que tipo de sociedade se queria construir. Trabalhava-se com termos genéricos: construir uma sociedade justa e fraterna; construir o Reino de Deus, porém ao trabalhar tais questões se tinha como pano de fundo o anticapitalismo. Entretanto, embora o discurso sobre a nova sociedade fosse genérico e abstrato, a prática acabava sendo conseqüente, pois encaminhava os jovens para uma atuação política de esquerda na sociedade, o que para muitos significou ir além desse discurso, ampliando seus horizontes para uma sociedade com contornos socialistas e tendo a percepção de que tal perspectiva se fazia presente na PJ:

Nós não discutíamos a questão socialismo diretamente, mas quando discutíamos a mudança de sociedade, de partilha, queira ou não queira, passávamos por essa discussão. (C., entrevista, 1999).

Nas reuniões, a gente não chegava a usar a palavra socialismo, comunismo, até pelas relações com a Igreja, era sempre complicado falar, usar essas palavras. Mas se a gente foi pegar todas as discussões que eram feitas sobre a sociedade que a gente sonha, a gente sabia que o pano de fundo era o socialismo (J., entrevista, 1999).

Dessa maneira, pode-se dizer que a PJ em Londrina pelo menos até os meados da década de 1990 utilizou-se do conceito de classes sociais dentro da formulação do tema pela Teologia da Libertação, para a explicação da realidade social, contribuindo para que os jovens assumissem uma ação política na sociedade com vista a sua transformação. O conceito de política usado neste período foi enfocado em dois sentidos: 1) Despertar no jovem a compreensão de que ele também poderia influenciar politicamente; 2) Isso ocorreria a partir do momento em que ele fosse participar de instituições consideradas políticas, especialmente o partido político, ajudando a decidir e a opinar, no momento em que estas instituições estivessem a favor dos interesses das classes populares. Dentro dessa perspectiva, o caminho

para uma nova sociedade passava pelas vias políticas legalmente instituídas na sociedade.

É interessante observar que, embora a ação da PJ se desse no sentido de produzir uma mudança individual no jovem, despertando-o para a ação política, isso ocorria de maneira a produzir o seu engajamento em instâncias políticas, organizando-se com outros indivíduos para a mudança da estrutura social, entendida como negação do Reino de Deus, despertando o jovem para ação coletiva organizada. Assim, a transformação social, embora dependesse da mudança dos indivíduos, era entendida como necessariamente uma mudança das estruturas sociais. Altera-se, portanto, o discurso dominante da Igreja: não é o coração dos indivíduos que precisa mudar, a mudança passa pela razão, para empreender um esforço coletivo daquilo que necessariamente precisa mudar: as estruturas sociais.

[...] No Reino de Deus não pode ter miséria, não pode ter fome, não pode ter injustiça, corrupção, era mais essa visão [...] e isso não é um problema individual, é um problema estrutural. Essa visão de que era a sociedade que precisava ser transformada, não o indivíduo (N., entrevista, 1999).

No período aqui enfocado, a PJ de Londrina abraçou a proposta da Teologia da Libertação e da própria CNBB, tendo como parâmetro para a análise da sociedade o conflito entre as classes sociais e uma proposta pouco definida de uma nova sociedade. A análise da prática de agentes desse período mostra que a luta em que estes eram motivados ao envolvimento, através de associações de moradores, grêmios estudantis, sindicatos e partidos políticos, traziam no seu bojo a luta pela efetivação de direitos e melhoria de vida para as classes populares e neste sentido, a PJ se constituiu como um espaço de construção de cidadania. À medida que crescia o envolvimento, também se aguçava a crítica ao capitalismo e a percepção da possibilidade de uma estrutura social diferente que viria pelas vias políticas institucionais. Dessa maneira, a luta pela cidadania se tornou nesse momento histórico uma via para a efetivação de reformas profundas na sociedade, a qual só poderia ser efetivada se os próprios pobres se tornassem sujeitos da

história. Tal perspectiva foi sendo construída em lutas localizadas nos bairros ou em oposições sindicais que se ligavam às lutas mais amplas da sociedade, como as pela redemocratização do país, pelas eleições diretas para presidente, pela elaboração da nova Constituinte. Porém, teve seu ápice nas eleições presidenciais de 1989, que deram esperanças reais de um operário metalúrgico chegar ao poder. A eleição de Luís Inácio Lula da Silva simbolizava para muitos a realização de mudanças de fundo no Brasil e não foi à toa que se deu o engajamento de jovens militantes da PJ em Londrina²¹ e no Brasil na sua campanha, conforme demonstra o relato abaixo:

Era uma coisa assim, quase que natural, quem optava pela luta política, quem entendesse a proposta que era colocada acabava indo para o PT [...] participando de alguns momentos eleitorais, no geral acabava participando. Teve muita gente que participou nas eleições de 86,88 e 89 (J., entrevista, 1999)

Nesse período, a cidadania não foi a força motriz do discurso da PJ, entretanto, estava sendo realizada na prática de seus agentes, colaborando para romper com sua noção tradicional, ou seja, a cidadania deixava de ser vista como concessão e favor, para assumir a conotação de processo, de construção permanente através da participação das classes populares. O uso do referencial teórico da Teologia da Libertação, centrado no conflito social, foi um instrumento para que os jovens problematisassem a própria condição de pobre e tivessem como perspectiva a necessidade de uma atuação política de esquerda.

Pode-se concluir, tendo como base principal as entrevistas realizadas, que até meados da década de 1990, a PJ em Londrina com um discurso norteado pela Teologia da Libertação e numa explicação social baseada no conflito entre as classes, ainda que pouco elaborado teoricamente, constituiu-se como um espaço de construção da cidadania. Favorecida pelo contexto histórico-social do período, que, pelo menos nos anos 80, contou com a dinamização da sociedade civil, a PJ ajudou a constituir sujeitos políticos, que além de determinados

²¹ Em Londrina, tal perspectiva teve continuidade ainda nas eleições municipais de 1992, em que se elegeu um prefeito pelo Partido dos Trabalhadores.

pelo processo histórico-social, começaram a se perceber também como determinantes, ou seja, como sujeitos históricos que se constroem dialeticamente nas possibilidades de conservação/mudança colocadas pela realidade histórico-social vivenciada.

Qual cidadania? Qual política? Alcances e limites da prática política nos anos 90

No final dos anos 80s e início dos 90s, a PJ começava a sentir as mudanças sociais e clericais em processo. Em termos clericais, o avanço da RCC (Renovação Carismática Católica), especialmente entre os jovens, indicava que novamente uma espiritualidade despolitizada se colocava à frente, pondo em questão a própria efetividade da metodologia e proposta da PJ para a juventude católica. Além disso, havia mostras de recuo e enfraquecimento da Igreja popular. Entretanto, a Campanha da Fraternidade de 1992 sobre a juventude, bem como a mobilização de milhares de jovens pelo impeachment do Presidente Collor de Melo, ajudaram a dinamizar e dar novamente fôlego para a PJ. Em Londrina, este foi um momento de rearticulação da PJ.

Em âmbito social mais amplo, várias desilusões montaram o quadro: o fortalecimento do capitalismo e da política neoliberal, o fim da União Soviética, colocando em evidência a crise de utopias. A derrota eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva em 1989 e 1994, o descrédito crescente da população em face da política, com o avanço de denúncias de corrupção. Soma-se a esse quadro o recuo dos movimentos populares e a crescente investida do governo e das classes dominantes, especialmente através dos meios de comunicação social, para colocar a opinião pública contra o MST e outros movimentos mais críticos²².

²² Conforme Lesbaupin (1999), a implementação da política neoliberal pelo Governo FHC, contou com a ajuda da mídia, sendo que as críticas assim como as propostas da oposição, praticamente desapareceram dos jornais ou foram ridicularizadas. A imprensa difundiu, como verdadeiro, um mote, o de que a oposição não tinha nenhuma proposta alternativa a contrapor à ação do governo: na verdade, a imprensa escondeu as propostas alternativas para que a política do governo aparecesse como a única possível.

Esse processo foi agravado em Londrina pelo descrédito dos próprios militantes na política partidária. Isso pode ser percebido através de alguns dados: das dezessete pessoas entrevistadas que participaram nos anos 80s, somente uma não se filiou partidariamente. Esse quadro já começa a se alterar nos anos 90s: até mais ou menos meados dessa década, de oito participantes, somente quatro se filiaram. E mesmo entre todos os filiados, já se observa uma mudança no comportamento político: um se desfiliou e entre os demais, apenas seis continuam tendo uma participação efetiva dentro do partido.

Além disso, observa-se que na década de 1990 acelerou-se o processo de mudanças na juventude iniciado nos anos 80s, consolidando novos comportamentos juvenis diante da realidade social. A juventude se firma como um grupo rentável: o mercado volta-se para ela, oferecendo uma variada indústria cultural e de diversão que atrai todos os jovens, inclusive os das classes populares. Conforme aponta Abramo (1994), várias pesquisas anotam que entre os jovens trabalhadores os principais itens de consumo são os objetos de diversão e os artigos de vestimenta, além disso, os *shoppings centers* se constituem um dos locais privilegiados para lazer.

Sobre a política, pesquisas indicam que a juventude segue a tendência dos adultos de descrença e ceticismo em relação a ela (BAQUERO, 1997; SCHMIDT, 1996; O PLANETA..., 1995), revelando uma característica que parece ser vivida por jovens e adultos no final do século. Entretanto, outras pesquisas procuram mostrar que tal pessimismo não significa indiferença aos problemas da sociedade. Abramo (1994), por exemplo, em seu estudo sobre os *punks* e *darks* em São Paulo nos anos 80s, demonstrou que estes, através de suas músicas e vestimentas, interferiam de forma crítica no espaço público. O mesmo se pode falar do movimento da periferia paulista da década de 1990, designado *Hip Hop*, que tem se espalhado por outros locais do Brasil (MOVIMENTO *hip hop*, 1998). Por outro lado, grupos juvenis vêm-se constituindo em âmbito mundial tendo como base os princípios do nazismo, divulgando o racismo e o preconceito contra minorias, tendo a violência²³ como conduta.

²³ A violência, de forma geral, tem acompanhado o cotidiano dos jovens, colocando-os na condição de vítimas e algozes. Segundo pesquisa da Fundação SEADE,

Dentro deste contexto, já presente na década de 1980, mas que nos anos 90s sofreu um processo de aceleração, emerge a valorização da subjetividade e a busca por experiências transcendentais, somadas ao crescente avanço da informática, que traz a internet como uma nova forma de relacionamento entre as pessoas e entre elas e as coisas produzidas no mercado²⁴.

Do ponto de vista socioeconômico, a condição da juventude apenas atesta a situação de extrema desigualdade social do Brasil. Segundo a PNAD de 1995, a população jovem economicamente ativa de 15 a 24 anos de idade no Brasil alcançou 18,8 milhões de pessoas, o que equivale a 65,2% da população dessa faixa etária. A mesma pesquisa registra que, dos quase 4,5 milhões de desempregados em 1995, 47,6% eram jovens. Destes se registra um maior número entre os pobres, principalmente nos grandes centros urbanos. A taxa média de desemprego juvenil nestes centros é de 16,2%, porém essa taxa se eleva para 27,1% entre grupos sociais com renda per capita de até meio salário mínimo e para 20,7% daqueles com renda de meio até um salário mínimo per capita. (ARIAS, 1998, p. 521-524) Além disso, cresce o número de jovens subempregados e no caso dos grandes centros urbanos o tráfico de drogas tem-se constituído como opção para essa população.

É também nos anos 90s que a discussão sobre cidadania emerge para além da academia, ganhando um espaço considerável nos meios de comunicação social. Se nos anos 70s e 80s a cidadania foi sendo construída na prática dos movimentos sociais (EVERS, 1984; DURHAM, 1984; PAOLI, 1992; 1995; DAGNINO, 1994; SANTOS, 1997), nos anos 90s, além da continuidade (talvez menos expressiva) desse processo, a cidadania passou a fazer parte da agenda nacional, através de políticas públicas, das atividades das ONGs e da veiculação desse vocábulo nos diversos jornais/documentos escritos e televisivos. Nesse caso,

pela *Folha de São Paulo*, em 23 abr. 2000, entre os homens mortos de idade entre 15 e 24 anos, na capital paulista em 1999, 66,6% foram assassinados. Por outro lado, cresce o número de jovens envolvidos com a criminalidade, principalmente o tráfico de drogas. A violência na escola também tem aumentado: depredações, brigas, pichações externas, arrambamentos, furtos etc, tem feito parte cada vez mais do universo escolar, principalmente na rede pública de ensino.

²⁴ Reflexão sobre a sociabilidade através da *internet* pode ser encontrada em ALVES (2000).

entre tantos direitos não efetivados na realidade brasileira, tem-se dado destaque ao direito do consumidor, ajudando a construir uma concepção de cidadania ligada ao consumo. Ser cidadão é também consumir. Ao mesmo tempo este conceito ganhou espaço no discurso político tanto da direita como da esquerda.

A questão da cidadania também foi incorporada pela Igreja Católica e por seus setores progressistas. A PJ não ficou alheia a esse processo: a partir de 1995, “pessoa humana, cidadania e mística” formaram o tripé das prioridades desta pastoral. Nesse sentido, a PJ optou por uma formação para a cidadania, ou seja, por possibilitar aos jovens se constituírem como sujeitos políticos através da participação consciente e democrática na sociedade (PASTORAL DA JUVENTUDE DO BRASIL, 1998a, p.32). Trata-se de uma compreensão de cidadania que não se limita à noção de direitos e deveres concedidos pelo Estado, mas que entende a necessidade da organização popular para que estes de fato sejam efetivados, ou para a conquista de novos direitos²⁵. É uma compreensão de cidadania que também se constrói no cotidiano, respeitando-se as diferenças dos indivíduos e de grupos. Entende-se, portanto, a cidadania não como algo dado, mas construído através da “participação política, econômica, social, psíquica, cultural e ética” (PASTORAL DA JUVENTUDE DO BRASIL, 1995, p.6).

Embora apareça tal concepção nos textos e documentos da PJ, ela se mistura com uma noção universalizante de cidadania e política, que deve estar a serviço de todos na sociedade²⁶, garantindo direitos

²⁵ A Pastoral da Juventude do Brasil, por exemplo, participou, junto com outras pastorais e organizações da sociedade civil, de duas ações importantes patrocinadas pela CNBB em 2000: o plebiscito nacional sobre o pagamento da dívida externa, realizado em setembro, e a campanha pela emenda constitucional limitando o tamanho da propriedade da terra no Brasil.

²⁶ Um exemplo desse discurso se materializou na campanha vitoriosa da Coligação Compromisso com Londrina (PT, PPS, PC do B, PAN) nas eleições municipais de 2000, na qual Nedson Micheleti (um dos fundadores da PJ em Londrina), do PT, foi eleito prefeito. A campanha deste candidato personalizou o “bem”, como pode ser observado na vinheta de sua campanha eleitoral: “É pelo bem da cidade, é pelo bem do cidadão [...] Londrina pelo bem comum, Londrina é do bem, Londrina por todos e todos por um”. Desta forma, a candidatura de Nedson canalizou a retórica religiosa dominante baseada na dicotomia bem/mal. Adotando a postura da maioria dos candidatos do PT nestas eleições, a sua

e deveres, sem, no entanto, questionar se isso é possível no capitalismo: “Dizemos que cidadão é aquele que tem direitos e deveres para com a cidade/sociedade. Ao exercemos nossa cidadania, fazemos Política, que definimos como a ciência, a arte e a virtude do bem comum” (CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1996, p.270). Desta forma, corre-se o risco de não se perceber a construção da cidadania como atravessada pela luta de classes. Cabe averiguar como o conceito de cidadania e também de política difundido pela PJ no final dos anos 90s foi vivenciado pelos seus agentes. Mas qual era o retrato da PJ de Londrina nesse período?

A Pastoral da Juventude de Londrina, conforme informação obtida junto a sua coordenação, contava com cerca de 40 grupos de jovens, com uma média de 15 a 20 pessoas por grupo²⁷. Boa parte desses grupos convivia também com características da Renovação Carismática Católica (RCC), incorporando especialmente a sua música e a expressão corporal. Com certeza, a animação da RCC tem sido um chamariz para a juventude que procura a religião, e os grupos de jovens paroquiais acabaram aderindo. Dessa forma, boa parte dos grupos ligados à PJ misturou sua proposta com elementos da RCC. Tudo isso pôde ser observado na comemoração do Dia Nacional da Juventude de 1999, organizado pela Pastoral da Juventude: no período da tarde se assistiu à apresentação de bandas musicais dos grupos que ostentaram as características aqui descritas, revelando que a PJ optou, até por questão de sobrevivência, pela convivência com os movimentos de leigos católicos caracterizados pela centralidade na

campanha se baseou na defesa da ética e da moralidade na política, ao mesmo tempo, evitaram-se críticas ao governo estadual e federal. Com esse discurso, centrado no bem e na possibilidade da purificação da política, conseguiu arrebatar o apoio de padres e pastores. Em se tratando da Igreja Católica, este apoio foi considerado como decisivo pela imprensa local e por outros candidatos para a ida de Nedson para o segundo turno, e depois para sua vitória. Deve-se considerar que este apoio não veio somente dos setores progressistas da Igreja, mas também de setores moderados e conservadores. discurso dominante.

²⁷ Entretanto, levantamento feito através do registro de presença em atividades desta pastoral, como reuniões e assembleias, nos anos de 1998/99, indicou uma média de 17 grupos efetivamente participantes. Considerando-se que o número de participantes por grupo é muito variável, pode-se dizer que a PJ, nesse período, atingia aproximadamente 500 jovens.

espiritualidade, principalmente a RCC, coisa impensável anos atrás. Prova disso é que a PJ, acatando a decisão do arcebispo de Londrina, realizou, em 2000, as Missões Jovens e a Escola de Formação para Jovens, juntamente com estes movimentos. Este processo delineia um perfil diferenciado da PJ de anos atrás, que assumia de forma clara o conflito com os movimentos e a incompatibilidade de um trabalho conjunto, sendo isto um dos nós centrais da relação pouco amistosa com o arcebispo e parte do clero local entre os anos 90s a 96s e que levou a um processo de desgaste de lideranças e a certa desarticulação desta pastoral.

Mas quem eram os jovens participantes da PJ nos fins dos anos 90s? Uma amostra, colhida entre quarenta e três participantes²⁸, trouxe o seguinte resultado: a maioria (58%) era jovem entre 20 e 24 anos de idade, os demais se dividiam entre aqueles que estavam na faixa etária dos 14 aos 19 anos (28%) e uma percentagem expressiva (14%) refere-se àqueles que não se enquadrariam como jovens, tendo como critério a idade acima de 25 anos. Dentre todos os entrevistados, 40% são do sexo masculino e 60%, feminino. Quanto à escolaridade, observa-se que a PJ abrigava um público heterogêneo, que se concentrava principalmente entre aqueles que já haviam concluído ou iriam concluir o 2º grau (56%) e aqueles que já haviam ingressado ou concluído o curso superior (35%). A maioria dos jovens (42%) estudava e trabalhava, os demais: 28% apenas estudava e 30% somente trabalhava. Entre os jovens que trabalhavam, 44% declararam contribuir com a renda familiar. A maioria dos jovens residia em bairros da periferia, mas contavam com infra-estrutura básica, como escola, posto de saúde, asfalto, transporte, ainda que em alguns casos estes serviços eram oferecidos precariamente.

Estes jovens fizeram acontecer a proposta político-educativa da PJ nos fins dos anos 90s, que teve como eixo a cidadania e um novo conceito de política. Tais temas estiveram presentes nas atividades desta pastoral em Londrina, sobretudo na *Semana da Cidadania*, realizada sempre em abril e culminando com atos públicos realizados no Calçadão Central desta cidade, na participação em acontecimentos como

²⁸ A média geral de tempo de participação na PJ desses jovens varia de 3 a 4 anos.

a Campanha da Fraternidade, Romaria do Trabalhador e da Terra, Grito dos Excluídos e na realização do Dia Nacional da Juventude. Da mesma forma, fizeram-se presentes nas reuniões gerais desta pastoral, que reúne os representantes dos grupos de jovens²⁹.

Das reuniões realizadas em 1997, uma tratou do tema: “Todos temos Direitos?”; em 1998 e 1999 foram quatro reuniões sobre Cidadania. Além disso, em 1998 os dois cursos de formação realizados por esta pastoral trataram direta ou indiretamente sobre esta temática, sendo um com o tema: “Os (des) Caminhos da PJ” e outro, realizado em julho, sobre “Fé e Política”. Isso demonstra a continuidade da preocupação com a formação política social dos jovens nos fins de 1990, neste caso, ancorada na cidadania.

O conceito de cidadania e política veiculado pela PJ nesse período aproxima-se da compreensão que tem sido construída por cientistas sociais contemporâneos a partir da prática política inaugurada pelos movimentos sociais dos anos 70s e 80s. Dessa forma, vai além do conceito clássico liberal, centrado nos direitos políticos, civis e sociais e sobre o qual Marshall (1967) se expressou de forma contundente, revelando como estes direitos foram construídos historicamente na sociedade capitalista. Trata-se de uma concepção de cidadania que se realiza através da prática política. Porém, não se trata de pensar política apenas como poder instituído, mas de “alargar o conceito de política”, trazendo-o para a esfera das relações sociais quotidianas (EVERS, 1984), o que quer dizer que esta noção de cidadania inaugura “novas formas de sociabilidade, um desenho mais igualitário das relações sociais em todos os seus níveis, e não apenas a incorporação ao sistema político no seu sentido estrito” (DAGNINO, 1994, p.108). Ou seja, trata-se de construir relações sociais democráticas, contrapondo-se à base histórica da sociedade brasileira, enraizada no autoritarismo.

Este conceito vai no sentido de romper com a tensão entre subjetividade individual e individualista e uma cidadania reguladora e estatizante, pois, segundo Santos (1997, p. 240), a noção tradicional de cidadania, valendo-se de direitos gerais e universais, acaba sendo

²⁹ São realizadas 5 reuniões por ano, sendo que a média de participação nos anos de 1998 e 1999 foi de 39 pessoas/reunião.

incompatível com a subjetividade e também com a diferença da qual a subjetividade é portadora, ou seja, a igualdade da cidadania colide com a diferença da subjetividade. Portanto, uma das grandes novidades trazidas na luta dos movimentos sociais e que constrói uma nova noção de cidadania e também de política é “o direito a ter direitos” (Dagnino, 1994), incorporando tanto o direito à igualdade, como o direito à diferença, o que inclui a subjetividade na pauta da cidadania e uma ampliação no seu espaço político para além da esfera do Estado: a política construída no quotidiano, em que melhor se expressam as diferenças (raça, sexo, gênero etc.) e se revelam formas de regulação e opressão, como também deve ser “o campo privilegiado de luta por um mundo e vida melhor” (SANTOS, 1997, p.260).

Não foi objetivo deste estudo perceber como a pastoral tem trabalhado com o direito às diferenças que atentam contra a moral cristã católica, como, por exemplo, o homossexualismo, no entanto, neste novo conceito de cidadania, parece clara a incorporação pela PJ e pela própria Igreja, através da CNBB, de uma noção de cidadania que se realiza com a prática política: torna-se possível através da participação e se constrói incorporando o individual e o coletivo, dando vazão também ao caráter subjetivo dos indivíduos. Uma compreensão de política que extrapola o seu conceito clássico, trazendo-o para além dos seus espaços formais: a política como sinônimo de relações pessoais e interpessoais (CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1996, p.260) e como divididora da responsabilidade para que ela se realize em bases igualitárias e democráticas entre os indivíduos, a sociedade civil e o Estado. Dessa forma, a cidadania é mais do que a noção clássica de direitos e deveres, e a política é um elemento presente em todas as esferas do social; é, portanto, atributo de todos os indivíduos nas diversas relações que mantêm no seu dia-a-dia. No entanto, tal concepção não isenta a participação política nos espaços formalmente constituídos e que tem como ponto-alvo a relação com o Estado (PASTORAL DA JUVENTUDE DO BRASIL, 1998a, p.35). Juntamente com tal concepção está a crença de que a bandeira pela cidadania é a bandeira contra a desigualdade e pela justiça social, materializando a caridade cristã e o ideal do humanismo cristão da valorização integral de todos os seres humanos, através, hoje, da

“construção de um novo homem e de uma nova mulher” (PASTORAL DA JUVENTUDE DO BRASIL, 1998a, p.20).

Na tentativa de perceber se esta concepção de cidadania e política foi incorporada pelos jovens da PJ de Londrina, realizaram-se entrevistas com sete jovens³⁰ participantes da PJ no final dos anos 90s. Além disso, na aplicação do questionário, que procurou levantar qual a composição da PJ nesse período, também havia questões abertas sobre essas temáticas. Através da análise dessas entrevistas e dos dados obtidos através do questionário, procurou-se revelar a prática política da PJ nesse momento histórico específico.

Vê-se que a concepção de política como uma dimensão da vida social é uma noção que foi incorporada pelos jovens participantes da PJ:

Política é tudo, é tudo o que a gente faz. (R., entrevista, 1996).

Todo mundo vive na sociedade e tudo que gira em torno da gente é política. (L., entrevista, 2000).

Qualquer relação social é uma relação política (E., entrevista, 1999).

É importante considerar que esta concepção de política começa a aparecer já na fala dos entrevistados que tiveram participação na PJ nos fins dos anos 80s e início dos 90, porém diferentemente do quadro do final dos anos 90s, esta concepção se relacionava com a necessidade de participar de instâncias formalmente consideradas como políticas, salientando-se que esta última característica é a que mais aparece nas falas dos jovens participantes dos anos 80s.

Para os jovens integrantes da PJ do fim da década de 1990, a participação nesta pastoral ajudou a desconstruir o conceito negativo que havia sobre este tema:

Eu achava que não tinha nada a ver política comigo. Eu achava que era sempre coisa de candidato [...] política é coisa suja [...]

³⁰ Desses jovens entrevistados, um iniciou sua participação em grupo de adolescentes em 1990, duas iniciaram no grupo de jovens em 1995, três em 1996 e 1997 e somente uma não respondeu ao questionário aplicado.

Depois que eu entrei no grupo que eu comecei a ver que eu precisava me interessar [...] (L., entrevista, 2000).

Tal conceito, no entanto, ganha a adesão dos jovens à medida que se distancia daquilo que aprenderam e vivenciaram desde a infância sobre a política: “politicagem”, “coisa suja” e que se relaciona com o seu exercício público:

Eu vejo a política como coisa boa, o que atrapalha é a politicagem, que são as pessoas que têm vamos dizer a política de eleições, a pessoa que está no poder por dinheiro [...] E existem pessoas que estão lá e que eu acredito que são bons, que estão fazendo política pelo país, mas não é a maioria [...] (C., entrevista, 1999).

Eu gosto de discutir a questão da política partidária que hoje é uma política corrupta, é uma política que não se preocupa com o social, é suja (E., entrevista, 1999).

Dentro de tal perspectiva, está a crença numa política que acontece no cotidiano e em outra que se realiza através do acesso ao poder público e da qual os demais indivíduos participam através do voto, na escolha de seus representantes, que devem ter como meta a realização do bem comum e a opção pelo povo:

[...] o povo está desesperançoso, não acredita mais. Eu vejo pela minha mãe, ela diz que vai votar em branco, pois não adianta mesmo. Eu acho que não é por aí, se a gente quer mudar, tem que começar por aí, pela política, colocando gente lá que lute pelo povo (J., entrevista, 1999).

O político não deve trabalhar para ajudar um grupo tal, mas todo mundo. (L., entrevista, 2000).

Seguindo a tradição política brasileira, a maioria dos jovens aqui entrevistados (cinco) diz não ter o partido do candidato como um critério de escolha, valendo-se principalmente de suas características pessoais:

Se eu acho que o PT está melhor num ano eu voto nele, se eu acho que é o PFL eu voto, porque eu não vejo o partido, eu vejo quem está representando o partido (C., entrevista, 1999).

E se os jovens dos anos anteriores depositavam sua confiança na mudança social através da participação na política partidária e em outras instituições de caráter político, não parece ser esta a tendência que acompanhava a juventude da PJ de Londrina, nos fins dos anos 90s, marcada por um certo descrédito neste tipo de ação política:

Porque a nova sociedade vai começar por nós, eu não vejo uma mudança política tão recente, eu não acredito mesmo, pelas próprias pessoas que estão na política, não vai mudar tão cedo, mas a gente pode aceitar ou não, eu posso assistir uma TV de uma maneira ou de outra, eu posso acreditar na sociedade do lado cristão, de direitos iguais para todos e posso pegar isso aonde eu estiver ou não. Então eu acho que a nova sociedade vai começar a partir da gente. Nós vamos fazer essa nova sociedade (C., entrevista, 1999).

Nós vamos fazer essa nova sociedade. Como? Se nós jovens acreditarmos nos demais jovens e começarmos a conscientizar, a evangelizar e que vá com outra mentalidade para o seu emprego, eu vejo que é uma escadinha, a gente forma aqui, para que o jovem conscientize e as pessoas de casa vão começar a conscientizar em seus empregos, na escola (C., entrevista, 1999).

Então você vai mudar pelo seu jeito de ser na família, na comunidade, na Igreja, sendo sempre a pessoa que você é, você consegue mudar muita coisa e colocar respeito mesmo. (J., entrevista, 1999).

Aqui está a crença de que a mudança social depende antes de tudo da alteração do pensamento e da mudança individual de cada um em seu meio, através da incorporação de valores cristãos como solidariedade, justiça, e respeito. Vivenciar estes valores significa colocar-se a serviço do próximo e realizar no próprio cotidiano, de forma individual ou coletiva, ações políticas que ajudem a resgatar cidadania. Observa-se, nesses anos, ênfase em ações de denúncia, como Atos Públicos, e a preferência por ações em que os próprios jovens assumam a responsabilidade que seria do Estado, revelando o que tem sido uma característica atual e que se materializa principalmente através da ação de algumas ONGs. Foi o caso de engajamento do grupo da Vila Brasil

(Londrina/Pr) e de Cambé (Pr) no PEJU (Projeto Educação do Jovem à Universidade), que tem como fim proporcionar aos jovens trabalhadores um preparo para o vestibular, podendo ser definido como um pré-vestibular alternativo. Ou ainda a ação do grupo do Jd. Leonor (Londrina/Pr), que em 1998 realizou um levantamento sobre o índice de analfabetismo neste bairro, tendo como meta reconduzir os adultos à escola³¹.

A ação política não se realiza no sentido de promover um enfrentamento com o Estado ou de levar o jovem a participar da política partidária. Alguns números ajudam a confirmar isso: dos sete jovens aqui entrevistados, cinco disseram não ter nenhum outro tipo de participação fora dos espaços da Igreja; dos outros dois, um afirmou já ter tido participação no movimento estudantil e ser filiado partidariamente, a outra tem participação no centro acadêmico de sua escola. Do mesmo modo, o questionário aplicado revelou que apenas duas pessoas, entre quarenta e três, têm filiação partidária e outras seis participam de centros acadêmicos. Assim, pode-se afirmar que a incorporação deste novo conceito de política tem-se dado de forma dicotomizada: existe um agir político do cotidiano, do qual todos os indivíduos participam e existe um agir político reservado aos "políticos", em que os demais decidem principalmente através do voto. Sendo assim, neste período, a PJ em Londrina revelou a complexidade do processo de socialização, pois o fato de não conseguir motivar suficientemente os jovens para uma ação política que também passa pela participação efetiva em associações de moradores, sindicatos, partidos políticos, movimentos populares, reforçou mais o aspecto da reprodução das relações sociais do contexto histórico do que os aspectos de inovações e transformações.

Sendo a cidadania construída pela prática política, a forma como foi vivenciada pelos jovens da PJ se situou num tripé que incluiu a noção de direitos e deveres, a solidariedade e a participação em ações sociais localizadas, sendo estas caracterizadas por um caráter formativo (ex.: Semana da Cidadania), ou pela efetivação num compromisso social

³¹ A idéia inicial era formar uma turma de alfabetização de adultos em convênio com o PEART (Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário), porém devido a sua inviabilidade, procurou-se incentivar os adultos a retornarem aos estudos, matriculando-se em escolas já existentes na comunidade.

(ex.: PEJU). Sendo assim, a prática política institucionalizada, embora entendida como necessária³² para a construção da cidadania, acabou, no fim da década de 1990, se resumindo à responsabilidade do voto³³. Tal afirmação sobre a compreensão e a prática da cidadania pelos jovens da PJ pode ser revelada a partir de algumas falas que acentuam ora um, ora outro aspecto aqui elencado, como, por exemplo, a noção de direitos e deveres:

É você ter o direito de ir e vir. Direito de participar das coisas da sociedade (M., entrevista, 1996).

Acho que a gente ser consciente dos deveres da gente [...] e dos direitos da gente pedir que eles sejam respeitados. Quando a pessoa se sente cidadã, se ela tem direito a quando está desempregada não pagar água e luz [...] ela não vai sair aí pagando, se nem tem dinheiro [...] (L., entrevista, 2000). (grifos nossos).

[...] e dos direitos da gente pedir para que eles sejam respeitados

Aqui transparece a ambigüidade de uma noção de direito que abriga tanto a percepção de ter direitos e exigí-los, como uma compreensão que ainda o entende como algo dado, concedido, revelando um traço ainda presente da tradição política brasileira: “cidadania concedida” (SALES, 1994). Entretanto, em outras entrevistas, não transparece tal confusão: a noção de direitos é realmente incorporada, balizando o sonho por uma nova sociedade:

O anseio da gente é ver isso, uma nova sociedade onde realmente a pessoa humana possa ter sua dignidade respeitada, ela possa ter o direito a conseguir o que é essencial para a sua vida, mas ele

³² Perguntados se consideram importante a participação política dos jovens na atualidade 91,49% respondeu que sim e somente 8,51% , às vezes.

³³ Em relação à participação da PJ na campanha eleitoral de 2000, ela foi evidenciada no 2º turno das eleições, depois que já se havia publicizado o apoio de amplos setores da Igreja ao candidato do PT. O horário eleitoral gratuito, que foi ao ar no dia 11 de outubro, apresentou a presença do candidato Nedson Micheleti, no *Festival da Juventude*, atividade promovida por esta pastoral e alguns movimentos, além de depoimentos de jovens assessores da PJ, manifestando seu apoio ao candidato.

poder comprar isso com o seu dinheiro, com o seu trabalho e não como hoje acontece das pessoas estarem mendigando, pedindo, enfim o assistencialismo que existe hoje (E., entrevista, 1999).

Junto com tal perspectiva está o cultivo de uma noção de cidadania que incorpora o outro e que deve ser vivenciada na solidariedade com o próximo:

O cidadão, aquele 'pedra' mesmo, ele busca só os direitos dele mesmo, a si próprio, mas o cidadão cristão busca o direito de todos (S., entrevista, 1996).

Uma ajuda social, não só assistencialista, mas ajuda de promover o próximo, de colocar ele, uma pessoa enfraquecida, pobre, de voltar a ser alguém na sociedade [...]. (R., entrevista, 1996) (grifos nossos)

Assim, a cidadania vivenciada pelos jovens da PJ inclui em sua pauta a solidariedade com o outro como essência para a sua efetivação. Ser cidadão, além de significar ter direitos e deveres, significa também construir relações solidárias, que recuperem a dignidade humana. Para tanto, está posta a necessidade do jovem participar. Entretanto, esta participação se limitou a acontecimentos patrocinados pela própria PJ e pela Igreja. Dessa forma, a PJ em Londrina, diferentemente da década anterior, não parece ter conseguido motivar suficientemente os jovens para uma participação política mais direta, que se efetive através do engajamento em associações de moradores, partidos políticos, os diversos tipos de conselhos etc.; da mesma forma não efetivou uma formação que considerasse os conflitos sociais e que desse, ainda que minimamente, elementos para a percepção da política e da cidadania como atravessada pela luta de classes. Prevaleceu a noção predominante, veiculada pela Igreja, de política relacionada à luta pelo bem comum e de cidadania como direito de todos. No entanto, isso não significa uma ausência da problematização da realidade. Ela ocorreu e colaborou para que os jovens participantes da PJ em Londrina, nos fins do século XX, tivessem sensibilidade em relação aos problemas do país, que foram considerados como consequência da existência de um sistema opressor que deveria ser transformado:

Então, a sociedade tem a vantagem de ser ampla: existem pessoas boas, que querem mudar e existe o sistema opressor [...] Então você fala miséria, miséria, que sociedade é essa? O que está acontecendo, que país é esse? E parece que você é um grãozinho no meio, eu digo, eu como Pastoral, que parece não ter força. Mas tem sim, a gente vai mudando aos poucos, mas quando você vê, tem mais gente mudando com você (C., entrevista, 1999).

Porém, a perspectiva de uma mudança, conforme já falado anteriormente, concentrou-se no plano individual: “você vai mudar pelo seu jeito de ser”. Assim, não se avançou no sentido de perceber a necessidade de mudanças que passam, ao mesmo tempo, pelos indivíduos e pelas estruturas sociais e que ocorrem através da luta política entre as classes; permaneceu a crença na conversão dos indivíduos:

Acho que se a gente conseguir conscientizar a classe média, a classe média tem cargos bons, eles vão empregar mais, eu vejo como uma esperança. Formar os universitários, que são da classe média para que quando eles forem para o campo de trabalho, darem oportunidade e darem um pouquinho de cidadania dentro da empresa. Fazer uma empresa que tenha os direitos dos empregados, sem explorar, já é um grande passo. Não explorar como ser humano, porque o que acontece hoje é uma exploração. Então eu vejo hoje como uma esperança para a classe mais humilde, esperança de dar dignidade mesmo (C., entrevista, 1999) (grifos nossos).

Novamente aparece aqui a cidadania como algo dado, concedido, como um favor que vem de cima, e não como um direito que deve ser conquistado pelos trabalhadores através da luta política. Observa-se, pelo conjunto dos depoimentos, a frequência maior de uma concepção que reforça a idéia na qual a mudança individual destaca-se como elemento primordial no processo de transformação da sociedade. Sendo assim, o conceito de política ampla, tão divulgado pela Igreja Católica nestes últimos anos, foi incorporado pela PJ de Londrina, mesmo que de forma parcial, contribuindo para reforçar a noção de que as mudanças nas relações de poder do cotidiano são fundamentais para transformar a estrutura social. Esta consideração coloca em evidência o fato de que

a Igreja, como instituição, pode fazer uso do tema da participação política, tantas vezes negado como um atributo seu, para manter o discurso dominante. A temática da participação política, antes própria da Teologia da Libertação e seus adeptos, acaba sendo universalizada pela Igreja e de tal modo atenuada que permite que seja proclamada por conservadores, moderados e progressistas.

Além disso, torna-se prudente considerar que o tempo histórico-social vivido pela juventude no final dos anos 90s foi marcado pelo descrédito em relação à participação política e pela valorização de ações sociais voluntárias e localizadas. Nesse contexto, a PJ de Londrina em sua prática educativa contribuiu para que os seus membros tivessem nessa pastoral um espaço para a sensibilização em relação aos problemas sociais e para o exercício da solidariedade. Entretanto, considerando que o discurso da PJ também veiculou a necessidade da participação dos jovens em instituições políticas tradicionais (associações de moradores, sindicatos, partidos) a prática efetiva dos jovens participantes demonstrou estar mais próxima do conceito tradicional de cidadania, limitado aos direitos e deveres e à participação através do voto.³⁴

Considerações finais

Desse modo, este artigo possibilitou o conhecimento de duas realidades distintas do processo de socialização juvenil implementado pela Igreja Católica, através da PJ. Considerando a socialização como um processo dialético e contraditório, poder-se-ia afirmar que até início dos anos 90s a prática educativa da PJ se constituiu como um dos mecanismos que colaboraram para a constituição de sujeitos politizados e comprometidos com a mudança social, tornando-se para muitos jovens como um meio de construção de cidadania. Esse processo foi facilitado por um contexto histórico e eclesial favorável, que incentivava a

³⁴ Este resultado sobre a educação política da Pastoral da Juventude de Londrina nos anos 90, vai ao encontro da pesquisa feita por Mariani (1998) sobre a Pastoral da Juventude Estudantil e que revelou a pouca inserção social desta pastoral

participação e era movido pela esperança, pela utopia. Nos anos 90s, há uma crise das utopias e um crescente descrédito nas instituições políticas, somados ao aprofundamento das desigualdades sociais e à emergência de uma cultura individualista, baseada no consumo. Em termos clericais, cresceu a preocupação da Igreja com a perda de fiéis verificada nas últimas décadas, bem como se acentuou a volta à centralidade da dimensão espiritual e a concentração do poder pelo Vaticano, fortalecendo os setores conservadores da Igreja no Brasil. Nesse contexto, na sua prática educativa, a PJ de Londrina tendeu a reproduzir práticas e concepções políticas tradicionais, aproximando-se de uma concepção mais conservadora de cidadania, por consequência reduzindo sua contribuição ao exercício da solidariedade entre os jovens efetivada através de práticas sociais localizadas. Dessa forma, destacou-se, pelas suas ações, o caráter reprodutor dos processos socializadores.

Este estudo possibilitou, portanto, a percepção de como tem sido a politização de um movimento de juventude ligado à instituição católica: a Pastoral da Juventude. Revelou esta pastoral como uma instância política-educativa, como um espaço no qual os jovens redefinem valores e práticas. Demonstrou, ainda, que a prática política da PJ de Londrina tem variado em virtude do próprio contexto histórico e eclesial, constituindo-se ora como um espaço de reprodução de relações sociais, ora como um espaço de produção do novo, revelando o sentido contraditório dos processos socializadores que ajuda a organizar.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ALVES, Giovanni et al. *O outro virtual: ensaios sobre a internet*. 2.ed. Marília: Práxis, 2000.
- ARIAS, Alfonso Rodríguez. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In.: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. v.2, p.519-544.
- BAQUERO, Marcello. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, n.8, 1997 (Série: Pré-Edições).
- BOFF, Clodovis. Uma análise de conjuntura da Igreja católica no final do milênio. In.: BOFF, Clodovis et al. *Para entender a conjuntura atual*. Petrópolis: Vozes, 1996. p.51-81.
- BORAN, Jorge. *O futuro tem nome: juventude*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- _____. *Juventude, o grande desafio*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- CAMARGO, Candido Procopio Ferreira de. Comunidades eclesiais de base. In.: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.59-81.
- COHEN, Bruce. *Pesquisa sociológica e áreas de especialização*. São Paulo: Mcgraw-Hill, 1980.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Marco referencial da Pastoral da Juventude do Brasil*. São Paulo: Paulus, 1998. (Estudos da CNBB, nº 76).
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Setor Juventude. *A caminhada da pastoral da juventude no Brasil*. Documento da CNBB. Brasília, 1983.
- _____. Jovens na CF/96. In.: *CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Fraternidade e política: justiça e paz se abraçarão*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1996. p. 253-278 (Manual da Campanha da Fraternidade).
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Pastoral da Juventude sim à civilização do amor*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. *Civilização do amor: tarefa e esperança*. São Paulo: Paulinas, 1997.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In.: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.103-115.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.10, p. 24-30, out., 1984.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.10, p.11-23, abr. 1984.

FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1977.

IANNI, Otávio. O jovem radical. In.: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v.1, p.225-242 .

LAZARRI, Celmo; PAULETTI, Raimundo. *Londrina: 25 anos de Pastoral Juvenil (1956-1982)*. Monografia (Curso de Assessores de Jovens – CAJO) - Instituto de Pastoral da Juventude de Porto Alegre, 1982.

LESBAUPIN, Ivo (Org.) *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.7-13.

MANNHEIN, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In.: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p.69-94.

MARIANI, Édio João. *Grupos de jovens na escola: um estudo da Pastoral da Juventude Estudantil*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNESP, Marília, 1998.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. In.: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno a dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.13-23.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In.: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1982. p.191-223.

MOVIMENTO *hip hop*: a periferia mostra seu rosto magnífico, *Caros Amigos Especial*, São Paulo, n.3, set., 1998.

O PLANETA teen. *Veja*, São Paulo, n.1388, p.106-112, abr., 1995.

PAOLI, Maria Celia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In.: HELMANN, Michaela (Org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995. p.24-55.

_____. Movimentos sociais; cidadania e espaço público – anos 90. *Humanidades*, Brasília, v.8, n.4, p. 498-504, 1992.

PASTORAL DA JUVENTUDE DE LONDRINA. Decanato de Periferia. *Curso de Formação: como funciona a sociedade*. Londrina, 1990a. Mimeo. 1ª etapa.

PASTORAL DA JUVENTUDE DE LONDRINA. Decanato de Periferia. *Curso de Formação: pastoral*. Londrina, 1990b. Mimeo. 2ª Etapa.

_____. *Curso de Formação: pastoral popular*. Londrina, 1991a. Mimeo. 3ª Etapa.

_____. *Curso de Formação: Pastoral de Juventude*. Londrina, 1991b. Mimeo. 4ª Etapa.

PASTORAL DA JUVENTUDE DO BRASIL. *Juventude e cidadania: construindo a vida*. São Paulo: CCJ, 1995. (Subsídio do Dia Nacional da Juventude).

_____. *Juventude e direitos humanos: nas asas da esperança, gestamos a mudança*. São Paulo: CCJ, 1998a. (Subsídio do Dia Nacional da Juventude)

_____. *Avançar é ousar: plano trienal 1999-2001*. São Paulo: CCJ, 1998b.

PASTORAL da Juventude faz movimentos por melhorias em escolas dos 5 conjuntos. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 mar. 1982. p.4.

PRANDI, Reginaldo; SOUZA, André Ricardo de. A carismática despolitização da Igreja Católica. In.: PIERUCCI, Antonio Flavio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 59-91.

SALES, Tereza. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 9, n.25, p.26-37, jun. 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997. p.235-280.

SCHMIDT, João Pedro. *O que pensam os jovens hoje: imaginário social dos estudantes dos vales do Rio Pardo e Taquari*. Santa Cruz do Sul: [s. n.], 1996.

Abstract

This paperwork aims to analyse the political socializing process implemented by a movement of the youth inside of Catholic Church, it means, the "Pastoral da Juventude", in Londrina/Pr, in 80' and 90's, in the XX century. It intends to detach the strength of the social and political formation of this Pastoral, by concrete practice of their agents, to reach the clerical and social chang of that period. Thus, through of a qualitative analise of the documented and oral sources, it tries to demonstrate the youth politicization inside of the clesiastic institution, developing the producer and reproductive character of the socializing process.

Key-words: youth; religion and politics; socializing politics.